

**Parecer nº 99/98**

Data: 1998.07.29

Processo nº 385

**Reclamante** : Rui Carlos Pereira Teixeira de Aragão

**Entidade Reclamada**: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Solicitou Rui Carlos Pereira Teixeira de Aragão que a CADA se pronunciasse, mediante Parecer sobre a “pertinência legal” da recusa de documentos que pediu ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

A reclamação é tempestiva.

Como bem se retira do pedido indeferido pelo IEFP, pretendia o reclamante ter acesso a determinada documentação, respeitante a concursos para técnicos superiores e para conselheiros de orientação profissional, que decorreram no âmbito daquele Instituto:

**1º pedido**

a documentos já solicitados em anterior requerimento de 9 de Dezembro de 1997, que entendeu dever discriminar, quanto às fases de pré-selecção, selecção e pós-selecção (inclui correspondência diversa, as listas de candidatos pré-seleccionados, lista de faltas às provas psicotécnicas, convocatórias, lista de segunda chamada, listas finais de candidatos aprovados e excluídos, o ofício-tipo da notificação aos excluídos, a lista geral dos formandos e a comunicação interna sobre a desistência de uma candidata socióloga)

**2º pedido**

cópia certificada dos testes psicotécnicos de todos os candidatos de sociologia e de gestão aprovados no âmbito dos referidos concursos.

### **3º pedido**

informação quanto ao desenvolvimento posterior do processo de cada candidato constante da lista de pré-selecção, com identificação expressa de cada caso individual

### **4º pedido**

informação sobre a razão pela qual não foi convocado para prestar provas para conselheiro de orientação profissional.

Analisando, caso a caso.

O **1º pedido** reconduz-se ao que o reclamante havia requerido em 9 de Dezembro de 1997 ao IEFP na alínea f) ( qualquer documentação geral relativa ao processo de pré selecção, selecção e pós-selecção), pedido também insatisfeito, sobre o qual esta Comissão já se pronunciou, em 4 de Março p.p.. Recaindo sobre o mesmo acervo documental, reitera-se a doutrina então exposta no Parecer relativo ao Processo 309, reconhecendo o direito de acesso aos aludidos documentos por se tratarem de documentos administrativos, nos termos e para os efeitos do nº 1 alínea a) do artigo 4º da Lei nº 65/93 de 26 de Agosto (LADA).

O **2º Pedido** traz uma parte nova que o requerente considerou por bem solicitar cópia ao IEFP: ou seja, tinha solicitado os relatórios de avaliação e as entrevistas ( alínea c) do pedido de 9 de Dezembro), e pretende agora, o acesso a todos os testes psicotécnicos( de todos os concorrentes). Relativamente aos Relatórios e entrevistas a Comissão já lhe reconheceu interesse directo e pessoal, nos termos do nº 2 do artigo 7º da LADA, com o fundamento de que tal “acesso é essencial para ele conhecer os resultados dos diversos concorrentes e os fundamentos em que eles assentam de forma a compreender – e aceitar e impugnar – porque é preterido em favor daqueles”

(cfr. Parecer respeitante ao Processo 309). Reitera-se a deliberação constante do Parecer, quanto ao reconhecimento do interesse directo e pessoal.

O acesso a todos os testes psicotécnicos deve ser medido à luz dos mesmos critérios. Amplo direito de acesso que lhe permita, na sua qualidade de opositor e de titular de um legítimo interesse, ter possibilidade de fundamentar eventual recurso jurisdicional. Contudo, poderão os testes incluir um leque de perguntas susceptíveis de integrar a intimidade da vida pessoal e até familiar, que não interessem aos fins legitimamente pretendidos pelo requerente, e cujo acesso poderia constituir uma violação de um núcleo essencial da intimidade. Terá que existir, nessa hipótese, uma ponderação face aos direitos constitucionais em presença, com a adopção harmonizada de uma solução que compatibilize direitos de força análoga (direitos de acesso e recurso e direito à intimidade). Tal questão só pode ser aferida em concreto, quando o reclamante vier solicitar directamente à CADA o reconhecimento desse interesse legitimado, que é prévio a qualquer pedido à administração. Neste contexto não se aprecia, nesta fase, a reclamação quanto ao acesso aos testes psicotécnicos.

O **3º pedido** não é enquadrável no acesso documental, mas antes no âmbito do direito mais geral sobre o andamento ou caminho procedimental dos processos em causa. É que o reclamante quer conhecer o desenvolvimento, caso a caso, do processo relativo a cada candidato. Ora a administração não é obrigada a reconstituir todos os procedimentos e a organizá-los na forma pretendida. De cada processo individual será possível retirar, pelo menos em parte, os passos que percorreu, mas a administração não está obrigada a elaborar listas-resumo sobre um e cada um dos procedimentos. Por outras palavras, só terá acesso a tal documentação se esta já existir.

Finalmente o **4º pedido** reflecte o desejo do reclamante de ver fundamentada a razão da sua preterição. Ora, o regime de acesso, tal como se encontra compaginado na Lei nº 65/93 de 26 de Agosto, não confere ao cidadão o direito de exigir da administração a produção de fundamentação do acto, mas apenas a comunicação dos fundamentos que já tiverem sido produzidos. Nesta medida, e excepto se tais razões constarem de documento, caso em que o requerente terá acesso à documentação de onde conste o

fundamento da preterição, a CADA entende que não recai sobre a administração, no âmbito da LADA, a obrigação de prestar a informação requerida.

Lisboa, 29 de Julho de 1998

*João Labescat (Relator) – José Magalhães - Silva Marques – Narana Coissoró - Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos –Branca do Amaral - Castro Martins (Presidente)*